

17 MAR 1988

Educação

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quinta-feira,

Napoleão ameaça punir as escolas

As escolas que estão cobrando preços abusivos das mensalidades serão punidas, admitiu ontem o ministro da Educação, Hugo Napoleão. "Sou radicalmente contra o processo de oteenziação das mensalidades, que considero um abuso", completou o ministro, ao frisar mais uma vez que o decreto 95.720, que instituiu o sistema de liberdade vigiada para as escolas cobrarem as mensalidades, poderá ser revogado.

O ministro não informou quais as punições a que estarão sujeitas as escolas que aumentaram em excesso as mensalidades. Disse que o Governo só tomará uma posição sobre o assunto após se reunir, no próximo dia 23, com representantes dos sindicatos de estabelecimentos particulares de ensino e da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen). Lembrou que os pais já foram ouvidos, ao término do I Encontro Nacional de Associações de Pais, realizado esta semana no Ministério da Educação.



Hugo Napoleão

— O sistema de liberdade vigiada ensejou abusos imperdoáveis e não podemos fechar os olhos", acrescentou Napoleão. Para saber quais as escolas que aumentaram os preços excessivamente, o MEC solicitou aos sindicatos dos estabelecimentos particulares de ensino que apresentem uma relação dos preços cobrados pelas escolas em

dezembro do ano passado e no mês de março de 88. O Ministério pretende estudar a variação dos aumentos para constatar os abusos.

Só após a reunião marcada para a próxima quarta-feira, com os representantes da Fenen e dos Sindicatos das Escolas Privadas, o MEC deverá decidir, juntamente com o Ministério da Fazenda, se o decreto 95.720 será ou não revogado.

O ministro da Educação deixou claro, no entanto, que a constatação dos abusos levará o Governo "a traçar uma política mais severa" que a que está em vigor para o reajuste das mensalidades escolares. "Os preços das mensalidades não podem esmagar os orçamentos das famílias", disse Napoleão, ao frisar ser o assunto de competência do Ministério da Fazenda, "porém o Ministério não pode fechar os olhos ao que está acontecendo. Do jeito que está não pode ficar", completou o ministro.